

Essa TV vai pegar

Relatório do Grupo de Trabalho de
Reformulação da TV Pernambuco

I - Introdução

Este é um documento escrito a centenas de mãos. Talvez milhares.

Depois de tanto tempo de luta, os grupos, redes e entidades que fazem, em Pernambuco, a luta pelo direito humano à comunicação têm em mãos a almejada oportunidade de construir uma televisão verdadeiramente pública. Democrática.

Independente. Uma emissora formulada através de amplo e transparente debate.

Nesse processo, o aval do Governo do Estado de Pernambuco representou mais do que um sinal verde para a reformulação da TV Pernambuco materializar-se. Trata-se de um compromisso, e ele será acompanhado com interesse por todas/os aqueles que vêm, ao longo dos anos, defendendo a necessidade da implementação de políticas públicas afirmativas desse direito tantas vezes postergado.

Para a TV Pernambuco, que em suas quase trinta décadas de história oscilou entre a glória e ostracismo, é hora de renascer. Tendo como matéria-prima a força e o comprometimento de seus funcionários e parceiros, a riqueza da produção áudio-visual do Estado, impulsionados pela movimentação desencadeada e fomentada por uma diversidade incrível de sujeitos políticos.

Organizações da sociedade civil, entidades sindicais, realizadores/as, cientistas, técnicos, radialistas, jornalistas, artistas, professores, estudantes, curiosos. A diversidade da participação nos debates que resultaram nessa proposta traduz perfeitamente o desafio e a chance que temos de trazer toda essa multiplicidade para a tela da televisão.

Esse relatório é fruto de três meses de trabalho intenso. De debates em plataformas diversas, desde os três encontros presenciais oficiais que contaram com a participação de aproximadamente 400 pessoas, até contribuições advindas das redes sociais. Dezenas de propostas também foram enviadas e através de correio eletrônico.

O texto que ora é apresentado procura trazer para o papel os anseios de toda essa gente, que num exercício inédito de cidadania, pôs-se a discutir a possível materialização do direito à comunicação através de uma emissora de televisão.

A entrega do documento à sociedade e ao governo do Estado, porém, não significa o término do desafio. Para nós que formamos o Grupo de Trabalho de Reformulação da TV Pernambuco, o marco indica um novo começo. A hora de unir cada vez mais nossas forças para defender as mudanças (inclusive na legislação) necessárias à construção de uma emissora de televisão pública que possa servir de exemplo para várias outras em todo o país.

*Pernambuco e a
luta pelo direito
humano à
comunicação*

Não é de hoje que Pernambuco se mobiliza pela garantia do direito humano à comunicação. Mas, se até a última década a discussão parecia limitar-se às entidades que reuniam profissionais e estudantes de comunicação, o que se viu nos últimos dez anos foi uma apropriação cada vez maior de cada vez mais segmentos da sociedade - organizada ou não - pelo tema.

Alguns acontecimentos marcam essa trajetória. O surgimento do Fórum Pernambucano de Comunicação, em 2004, e as diversas "semanas pela democratização da comunicação", realizadas anualmente desde então, fizeram com que a discussão se acendesse em grupos importantes como o das/os profissionais da música, por exemplo. Ao longo dos anos, a participação no debate de redes como o Fórum Permanente da Música de Pernambucano fez com que a classe artística passasse a batalhar por espaço nos meios de comunicação não apenas como uma questão de mercado, mas de direito.

Efervescente, o debate pelo direito à comunicação em Pernambuco nunca esteve isolado do restante do país. Representantes do Estado estiveram presentes em quase todos os momentos relevantes para a discussão nacional do tema, em campanhas como a Cris Brasil (2004), que reuniu mais de 40 entidades de todo o país, ou a Quem Financia a

Baixaria é Contra a Cidadania, que busca dialogar com anunciantes de televisão para coibir violações de direitos humanos na TV. Pernambuco também esteve presente na criação da Frente Nacional pela Digitalização Democrática de Rádio e TV, dois anos depois. No Estado, o resultado foi a mobilização Eu quero discutir TV Digital. Mais recentemente, entidades locais participaram ativamente de todo o processo de formulação da I Conferência Nacional de Comunicação.

No meio tempo, não foram poucas as tentativas de se colocar a TV Pernambuco na pauta da sociedade. Alguns debates, inclusive, chegaram a caminhar um pouco, como em 2006/2007, quando a Movimagem (organização social criada em 2003 para fazer a gestão da TVPE) convidou algumas entidades para discutir o seu papel. O acúmulo dos debates da época, porém, jamais foi tornado público ou efetivamente incorporado à prática da emissora.

Mais especificamente nos últimos três anos, multiplicaram-se as iniciativas para sensibilizar o governo para a necessidade de se discutir políticas de estado com relação ao direito humano à comunicação. Foi quando surgiu o chamado "Movimento Comunicação e Cultura", integrado inicialmente por 42 entidades e coletivos, que culminou em julho de 2009 com a redação e a divulgação de um manifesto homônimo. A pauta: a reestruturação e o fortalecimento dos meios públicos de comunicação em Pernambuco. Na ocasião, artistas, produtores e representantes de organizações da sociedade civil propunham não só o caráter público da TV Pernambuco, mas também a participação da sociedade em veículos como as rádios universitárias AM e FM, e a TV Universitária - além da Rádio Frei Caneca, criada em Lei há 40 anos e que até hoje não foi ao ar.

Reconhecendo a legitimidade de todo esse movimento e a necessidade de se incorporar o direito à comunicação aos avanços de sua gestão, o governador Eduardo Campos convidou, no final de 2009, representantes desses grupos para dar início à revitalização da emissora a partir de contribuições da sociedade.

Em março, o articulador cultural Roger de Renor assumiu a diretoria do órgão e nomeou um grupo de trabalho que tinha objetivos claros:

- *Formular um novo marco legal para a TV Pernambuco*
- *Produzir um diagnóstico e uma proposta para modernizar a geração e distribuição do sinal da TV Pernambuco, atentando para as mudanças tecnológicas em curso no país;*
- *Iniciar a implantação de uma nova grade de programação que respeite a diversidade social, política, cultural, étnica, de gênero e privilegie a produção existente no Estado e no país. E que crie condições para a inserção na Rede Brasil, paralelamente ao incremento e qualificação da produção própria da emissora;*
- *Propor formas de diversificar e incrementar a captação de recursos financeiros da emissora, bem como de qualificação dos seus recursos humanos;*
- *Discutir e elaborar o projeto de reformulação técnica e operacional da emissora e o seu modo de sustentabilidade;*
- *Incrementar as relações de parceria com a rede pública de emissoras, em especial as do Norte/Nordeste e a TVBrasil.*

Ao cabo de três meses, o resultado desse trabalho pode ser visto neste relatório, dando-se início a uma nova fase para a emissora. Uma fase em que, assim como antes, a participação da sociedade será imprescindível para o sucesso dessa reformulação.

II - A TV Pernambuco ontem e hoje

Quando a nova direção assumiu o Departamento de Telecomunicação de Pernambuco (Detelpe), órgão técnico da Secretaria estadual de Tecnologia, Ciência e Meio Ambiente (Sectma) que hoje se confunde com a TV Pernambuco, o primeiro passo, juntamente com o Grupo de Trabalho, era conhecer o quadro atual da emissora. Como era feita sua gestão? Como e que conteúdos estavam sendo transmitidos? Como era a sustentabilidade da televisão?

Desde o início, pode-se perceber o grau de dificuldades das/os profissionais para manter a televisão no ar todos os dias: equipamentos sucateados, instalações precárias, salários defasados, inadequações funcionais não estimulavam ou mesmo impediam o bom desempenho e mantinham muito baixa a auto-estima do pessoal.

Por certo, a maior parte dos problemas persiste, mas um sopro de entusiasmo começa a arejar o ambiente.

Pelo organograma da emissora atualmente, há apenas três cargos de provimento em comissão, a

saber: direção geral, técnica e administrativa. Os demais pertencem ao quadro funcional do Estado, não havendo, no momento, profissionais para a produção de conteúdos, captação de recursos e mesmo o quadro da área de transmissão e manutenção é insuficiente.

A Organização Social Movimagem Pernambuco, criada em 2003 com o objetivo de fomentar a produção de programas para a TV Pernambuco, está com o contrato de gestão vencido há quase três anos, limitando-se até aqui a agenciar programas para exibição na TV PE, sem que esta se beneficie dos recursos advindos de tais contratos.

A rede de captação e transmissão de áudio e vídeo instalada em 66 municípios do Estado é antiga e não está em boas condições de uso. Os transmissores da sede em Caruaru e da RMR são valvulados, velhos e de baixa potência. Para a produção de conteúdos só há três câmeras e uma ilha de edição digital.

O sucateamento do equipamento, aliado à falta de peças de reposição e à incúria administrativa fez com que várias retransmissoras estivessem fora do ar ou com sinal deficiente em cidades importantes como Petrolina e Garanhuns, além da própria RMR.

Uma informação é emblemática: a TV Golfinho (canal 11 em Fernando de Noronha), outorga de Pernambuco, estava há anos retransmitindo o sinal de uma emissora comercial. Embora não integre oficialmente a Rede Brasil, boa parte dos conteúdos transmitidos pela TV Pernambuco é da grade da emissora pública nacional. Doze programas, todos realizados por produtoras independentes, ocupavam o espaço dedicado à produção local. Não havia, porém, critérios claros sobre a forma com que os programas eram aceitos pela emissora ou sobre como eram distribuídos recursos oriundos de propaganda comercial e merchandising que financiam a maior parte dessas produções.

A sustentabilidade financeira também é um problema relevante. Praticamente a totalidade do recurso de custeio e investimento da TV PE advém do orçamento público do Estado, encaminhado

sempre através da Sectma. Existem outras fontes, como o aluguel de prédios e antenas, mas com pouca relevância no fluxo de caixa da emissora.

O quadro fez com que, além de fomentar e conduzir a discussão sobre um novo modelo de televisão pública em Pernambuco, a nova direção tivesse que realizar alguns ajustes assim que assumiu.

Começa a transição

"Essa TV tem que pegar", foi uma frase que virou lema e mote, por sintetizar à perfeição os objetivos do GT nesse princípio de trabalho: conceber uma nova televisão pública que pegue o interesse e a atenção das pessoas e pegue com qualidade ótima nos seus aparelhos de tv.

O interesse e a atenção das pessoas serão captados com o tempo, mas o tempo para a televisão pegar na casa das pessoas é agora.

Foi realizada, então, uma análise da confiabilidade dos equipamentos de geração, transmissão e recepção, seguida da modernização sistêmica possível, com a recuperação emergencial de alguns, substituição de outros, nas quantidades mínimas para assegurar a continuidade da programação: aquisição de válvulas e peças de reposição para recuperação dos transmissores, melhorando a cobertura nas cidades-polo e área metropolitana do Recife. Com isso, por exemplo, Petrolina voltou a receber a imagem da TVPE com qualidade.

Em Fernando de Noronha, a TV Golfinho passou a retransmitir a programação da TVPE.

Isso, porém, é pouco. Dado o estado da rede de transmissão e retransmissão, uma reforma completa ainda se faz necessária. Por isso é importante ressaltar a importância do aporte do governo estadual de uma verba de R\$ 2,4 milhões para este fim. No processo, já foi lançado o primeiro Edital de Licitação para aquisição de novos transmissores com tecnologia digital para sinais analógicos como também preparados para migração digital no futuro, melhorando e dando mais confiabilidade na cobertura atual da TVPE nas cidades-polo e RMR.

Com a implantação desta ação será melhorado o sinal da TVPE nas cidades mencionadas, beneficiando uma população estimada em mais de 6 milhões de pessoas. Também já foi desencadeado procedimento para a compra de equipamentos híbridos (analógicos e digitais) para a melhoria da qualidade da imagem da TV através da modernização dos equipamentos de exibição da geradora em Caruaru.

Simultaneamente, será feita a substituição dos equipamentos de baixo desempenho e baixa compatibilidade técnica, a otimização dos sites, atualização de medições de campo para avaliar as coberturas e reforma das retransmissoras da TV Pernambuco no Estado.

O Grupo de Trabalho também tem procurado analisar a programação, inclusive orientando as produtoras independentes que hoje veiculam seus programas na grade da emissora sobre os critérios e parâmetros desejados para a TVPE. Em termos de produção própria, a primeira experimentação será a transmissão do São João. Uma equipe contratada especialmente para este fim, com recursos repassados pela Sectma, já está realizando transmissões semanais.

Em termos de relacionamento institucional, estreitaram-se os laços da TVPE com a TV Brasil e com a Associação Brasileira de Emissoras Públicas,

Educativas e Culturais. A intenção é fortalecer os vínculos entre essas tevês, em especial aquelas que estão situadas no Norte/Nordeste do país, promovendo inclusive a parceria na produção e intercâmbio de conteúdos, além de fortalecer a incidência do grupo em relação à Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).

Por sinal, um dos temas mais efervescentes na discussão entre esse grupo de emissoras está situado no marco legal das TVs públicas. Embora os conceitos de pluralidade, diversidade, transparência e independência sejam de consenso, a forma de se conquistar tais parâmetros ainda não é questão definida.

O grande desafio entre todas elas, como também acontece com a TV Pernambuco, continua sendo: como manter o controle social, ter autonomia em relação a governos e mercado e atingir a sustentabilidade (?).

Nesse âmbito, a discussão aberta sobre a TV Pernambuco e sobre o marco legal ora sugerido pode contribuir não só para o ressurgimento de uma emissora pública forte no Estado, como também servir de exemplo para iniciativas em todo o país.

III - O Futuro a Nós Pertence

Gestão da Empresa Pernambucana de Comunicação

O processo de transformação da TV Pernambuco em uma televisão pública, inovador porque fruto do movimento social e compartilhado por todas as pessoas interessadas, acontece em meio a mudanças de fundo no panorama da comunicação no País. A criação da EBC/TV Brasil, a iniciativa da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – Abepec – em iniciar a discussão de um marco legal específico para esse conjunto de emissoras são dois exemplos desse novo tempo.

Enquanto esse marco legal não é concebido e transformado em lei, a figura jurídica da empresa pública parece ser a mais adequada para a gestão de um canal de comunicação público. Por isso, o GT da TVPE mantém a proposta de criação da Empresa Pernambucana de Comunicação, EPC, formulada pelo Governo do Estado em 2008.

Independente da natureza jurídica, entretanto, a gestão de um canal de comunicação público deve ter por princípios:

- *A independência editorial;*
- *A atenção e respeito às diversidades da sociedade na qual está inserido;*
- *Ser, principalmente, transmissora de conteúdos produzidos fora dela;*
- *A criatividade, inovação e qualidade da programação;*
- *A sustentabilidade política, com base na sociedade e econômica, a partir de diversas fontes de financiamento;*

- *O zelo e a transparência no uso dos recursos técnicos e financeiros;*
- *A qualificação dos recursos humanos.*

A gestão da EPC terá a seguinte conformação e atribuições:

Conselho Diretor

O Conselho Diretor será composto por 15 membros, sendo 04 representantes do Poder Executivo, 02 do Poder Legislativo, 1 do Ministério Público Estadual e 8 da Sociedade Civil.

As/os conselheiros dos diversos poderes serão designados, respectivamente, pelo Governador do Estado, pela Mesa Diretora da Alepe e pelo Procurador Geral.

As/os conselheiros da Sociedade serão nomeados pelo Governador do Estado a partir de listas de candidatos indicados por entidades ou grupos de cidadãos, conforme normas instituídas no regulamento da Empresa Pernambucana de Comunicação.

A composição do CD deve refletir a diversidade regional, social, étnica, etária de Pernambuco, observado o concernimento e a experiência das pessoas indicadas com a questão da Comunicação.

Cabe ao Conselho Diretor:

- *a elaboração de lista tríplice para a nomeação, pelo Governador do Estado, do Diretor Geral da EPC;*

- *nomear os demais membros da Diretoria, a partir de indicação do Diretor Geral;*
- *aprovar e avaliar a política de programação;*
- *aprovar anualmente o Plano de Investimentos e a prestação de contas;*
- *aprovar o estabelecimento de parcerias estratégicas;*
- *promover debates públicos periódicos sobre a gestão e a programação da EPC;*
- *aprovar a aquisição e a alienação de bens imóveis;*
- *aprovar o plano de cargos e salários.*

O Conselho Diretor reúne-se ordinariamente 2 vezes por ano e extraordinariamente quando convocado por seu presidente ou por pelo menos 1/3 dos seus membros.

O mandato das/os conselheiros é de dois anos, podendo haver uma única recondução.

- *Excepcionalmente, 50% dos membros do primeiro Conselho, observadas as origens de cada um, inclusive o representante do Ministério Público, terão um mandato de três anos*

Em caso de vacância no Conselho, a/o conselheiro será substituído conforme a sua representação; no caso de representante da sociedade, serão respeitadas as listas elaboradas por entidades ou grupos de cidadãos no processo imediatamente anterior.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva, órgão de direção e administração da EPC/TV Pernambuco, terá a seguinte configuração e respectivas atribuições:

Diretoria Geral

- *coordenação e acompanhamento dos trabalhos da Diretoria Executiva;*
- *relacionamento institucional;*
- *desenvolvimento de parcerias;*
- *interlocução com o Conselho Diretor;*
- *promoção da imagem pública da TVPE e da interlocução com a Sociedade*

Diretoria de Produção e Programação

- *traçar a política de programação e sua avaliação;*
- *propor editais públicos para a produção de programas;*
- *contratar programas e produções independentes e de canais públicos de televisão;*
- *supervisionar a produção de conteúdos pela própria emissora;*
- *interlocução com canais de comunicação parceiros;*
- *elaborar projetos de financiamento de programas.*

Diretoria Técnica

- *planejar e executar o desenvolvimento tecnológico da TV PE no marco da digitalização da emissora;*

- *promover a expansão do sinal da TV PE para todo o território de Pernambuco, assegurando a sua qualidade;*
- *propor a compra e fazer a manutenção dos equipamentos de transmissão e produção;*
- *contratar e promover o permanente aperfeiçoamento profissional do quadro de técnicos;*
- *estabelecer relações de parceria com emissoras públicas e produtoras independentes.*

Diretoria de Projetos

- *consolidar o plano plurianual de captação de recursos e investimentos*
- *criar e desenvolver processos de captação de recursos*
- *formatar projetos específicos para produção de conteúdos e desenvolvimento tecnológico*
- *desenvolver parcerias para a transmissão e recepção de conteúdos por outras mídias, em especial com o Porto Digital*

Diretoria Administrativa e Financeira

- *elaborar o Plano de Cargos e Salários e a política de pessoal*
- *elaborar a prestação de contas anual*
- *elaborar contratos e convênios*

A Diretoria Executiva terá um mandato de três anos, renovável a critério do Conselho Diretor. Eventuais substituições podem ser solicitadas ao CD pelo Diretor Geral.

Financiamento

A Diretoria Executiva da EPC/TV Pernambuco procurará sempre captar recursos de diversas fontes, para não depender de um único mantenedor e para viabilizar a veiculação de uma programação diversa, de qualidade, com um sinal ótimo para todo o Estado de Pernambuco.

Por se tratar de uma empresa de comunicação pública, os orçamentos estadual e federal serão fontes estratégicas. Outras fontes serão as leis de incentivo à Cultura, convênios e contratos com entes públicos e privados, nacionais e internacionais, e a comercialização de espaços para veiculação de mensagens de utilidade pública, de promoção de marcas, prestação de contas governamentais e empresarias, apoio cultural.

Procurar-se-á criar uma cultura de que políticas públicas estaduais de financiamento da produção artística e esportiva tenham como contrapartida produtos audiovisuais para a TV Pernambuco.

Publicidade de produtos e merchandising não serão veiculados pela TV PE e as/os apresentadores dos programas não farão alusão publicitária ou promocional de empresas ou produtos de qualquer natureza, bem como de partidos políticos ou candidatos a cargos eletivos.

Produção e Programação

A TV Pernambuco se define como um canal de comunicação público e compreende que essa natureza só se realiza se a programação por ela transmitida for produzida principalmente por terceiros, sendo esses terceiros o conjunto diverso dos setores e organizações da sociedade pernambucana.

Por isso, cabe à TV PE formular a estratégia e a grade da programação. A partir disso, abrir-se, estimular, buscar produtoras independentes do Estado, do Nordeste, do País e internacionais interessadas em formular propostas de produção ou detentoras de acervos interessantes para a grade concebida.

A aquisição dos programas novos será, preferencialmente, via editais públicos, mas também poderá ser feita de arquivos existentes ou a partir de propostas que se adequem à grade.

A parceria na produção de programas com as emissoras públicas do Norte e Nordeste será uma prioridade da TV Pernambuco, bem como o incentivo às pessoas para que enviem materiais produzidos com celulares e câmeras amadoras.

A produção própria da TV Pernambuco estará voltada, principalmente, para programas de debates, noticiosos e esportivos.

A TV Pernambuco integra, ainda informalmente, a Rede Brasil, o que permite a seleção dos programas a serem transmitidos com bastante liberdade. Esta seleção privilegiará programas infantis, educativos, culturais e documentários.

A programação da TV Pernambuco deverá observar os seguintes critérios e objetivos:

- *Ter sua essência no caráter educativo, artístico, cultural, informativo e científico que reafirme o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa, fomente a construção da cidadania, desenvolva a consciência crítica da/o cidadão e garanta a livre expressão do pensamento;*
- *Promover o respeito aos direitos humanos e o combate às mais diversas formas de preconceito (racial, de gênero, de geração, de opção sexual, etc;)*
- *Valorizar a cultura de paz e as realizações positivas da Sociedade e do Estado;*
- *Ser produzidos, em sua maioria, por produtoras independentes (organizações sociais e MPES – micro, pequenas e médias empresas sem participação acionária ou societária de acionistas ou sócios de emissoras e transmissoras de conteúdo audiovisual);*
- *Valorizar as referências regionais de Pernambuco e do Nordeste;*
- *Em seu conjunto, dar visibilidade aos diversos segmentos da população do estado;*
- *Respeitar as normas da Classificação Indicativa quanto à adequação dos conteúdos aos horários de veiculação;*
- *Observar critérios de qualidade técnica (som/imagem) previamente acordados com a gerência técnica da emissora.*

Transmissão / Tecnologia

O sucateamento dos equipamentos da emissora será enfrentado desde logo e a partir da constituição da EPC serão implantados mecanismos de controle de qualidade tecnológica e operacional e elaborado o projeto que tratará da migração do sistema de transmissão de televisão analógico para o sistema de transmissão digital,

Não há urgência para esse projeto porque a legislação dá prazo elástico para tal projeto e a implantação efetiva da TV Digital passará por um período de transição que deve durar de 10 a 15 anos, no qual as emissoras transmitirão simultaneamente dois canais de 6 MHz, sendo um analógico e o outro digital.

A Diretoria Executiva atual tem três membros: Diretor Geral, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico. Procurar-se-á criar as condições para a contratação de um Diretor de Programação e Produção e de um profissional da área de projetos, sem a função de direção.

O GT designado pelo governador do Estado exercerá o papel do Conselho Diretor, mas manterá o trabalho de assessoria permanente à Diretoria, com reuniões periódicas no mínimo mensais.

O GT convocará reuniões públicas para discussão do projeto de lei de criação da EPC, de análise da programação e de prestação de contas.

Todos os enunciados programáticos e de princípio acima já estarão sendo praticados até a criação formal da EPC.

IV - Período de Transição

Financiamento

Além dos recursos orçamentários existentes na Sectma destinados ao custeio do Detelpe/TVPE em 2010 e o compromisso do Governo em destinar R\$ 2,4 milhões para o reequipamento imediato da transmissão da emissora, a Diretoria, ainda neste exercício fiscal, estará tentando viabilizar convênios ou outros tipos de parceria com secretarias e demais órgãos públicos do Estado que agreguem recursos financeiros ao presente orçamento.

A principal aplicação desses eventuais novos recursos será o incremento da produção de conteúdos, tanto próprios como de terceiros.

Gestão

Para o exercício de 2011 se fará projetos para emendas parlamentares no Congresso e na Alepe; se procurará aumentar a destinação orçamentária do Estado e a captação de recursos através das leis de incentivo à cultura, federais e estadual, da veiculação de mensagens de utilidade pública e da prestação de contas por parte de órgãos públicos.

Produção e Programação

Nesta fase de transição os critérios e objetivos enunciados acima serão aplicados pelo Grupo de Trabalho na análise de programas novos e na reformulação da programação atualmente veiculada pela TV PE. Até este momento respeitou-se a continuidade da veiculação, embora não haja qualquer acordo formal entre as produtoras responsáveis e a TV PE.

No período de transição não há previsão de recursos para a realização de editais ou contratação de programas de produtoras independentes. Entretanto, a TVPE poderá oferecer como contrapartida equipamentos de captação e edição para viabilizar propostas do seu interesse, se isso também interessar aos proponentes.

A direção da TV Pernambuco irá buscar parcerias no conjunto das emissoras públicas, educativas e culturais do país, principalmente do Norte/Nordeste, para a produção e/ou permuta de programas.

A participação do público será incentivada especialmente através de interprogramas. Nesse contexto, a participação parceira dos Pontos de Cultura e dos cursos universitários com habilitação em produção audiovisual existentes em Pernambuco, que contam com equipamentos e

formação em audiovisual, será da maior importância.

Nesse período de transição a TV Pernambuco irá restringir sua produção à cobertura de eventos especiais (São João, Festival de Inverno, etc) e programas de debates ainda sem temática, formato e periodicidade definidas.

Todos os projetos de conteúdos para televisão recém-aprovados pelo III Edital do Audiovisual de Pernambuco serão convidados a submeter seus trabalhos para a veiculação na TV Pernambuco, assim como os contemplados em edições anteriores.

Outras produções áudio-visuais, nacionais e internacionais, serão procuradas, de modo a se criar, o mais breve possível, um espaço dedicado a filmes de longa, média ou curta-metragem nas mais diversas linguagens (documentário, ficção, animação, etc), assim como videoclipes.

É indicativo deste Grupo de Trabalho que, no capítulo referente às Contrapartidas do próximo edital do audiovisual, todos os projetos autorizarão a veiculação dos seus produtos pela TVPE. Nos casos de filmes, longas ou curtas, respeitados os prazos para o lançamento comercial do projeto; no caso de programas para TV, com lançamento na TV PE, independente da transmissão por outras emissoras.

A TV Pernambuco também envidará esforços para a transmissão do campeonato estadual de futebol, tanto da primeira quanto da segunda divisão. Para isso, recomenda-se que a campanha “Todos com a Nota” exija em cláusula contratual autorização para a TVPE transmitir os jogos dos clubes beneficiários da campanha, desde que a emissora detentora do direito de transmissão não o faça.

Transmissão / Tecnologia

Com os recursos adicionais obtidos pela nova gestão, alguns investimentos serão imediatamente realizados objetivando:

- aumentar a cobertura da rede para 88 retransmissoras espalhadas por todas as regiões do Estado

- melhorar a confiabilidade e a qualidade técnica atual com a compra e instalação de novos equipamentos híbridos (analógicos e digitais), preparando para a transição do sistema brasileiro de TV Digital ISDB-TB;

Além disso, será elaborado o projeto de transição para a televisão digital, além de modernização dos processos de captação e edição de conteúdos.

Paralelo a esta transição digital estaremos incrementando a inserção da programação da TV Pernambuco na WEB, através de parceria com o Porto Digital e desenvolvendo os mecanismos de intercomunicação com o público também através da web.



Anexos

*Composição da
diretoria do
Detelpe/ TV
Pernambuco*

Gerente Geral:

Roger de Renor – é produtor cultural, comunicador, apresentador e criador de diversos programas de rádio e TV. Ator filiado ao Sated, é um dos principais articuladores no movimento em prol da reforma na comunicação pública em Pernambuco. A seis anos atua ativamente na TV Universitária, onde fez os programas Som da Sopa , Sopa Diário e o Sexta Cultural. Atualmente está no ar com os programas Sopa de Auditório, e Som na Rural exibido nacionalmente através da TV BRASIL. Também produz o programa Sopa/O sotaque de Pernambuco para a na OI FM/Recife.

**Gerente Administrativo de
Comunicação:**

Adriano Araújo - Músico, compositor e produtor. Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco, Pós-Graduado em Direito da Propriedade Intelectual, pela PUC-RJ , como consultor jurídico, tem atuação na área de Direito Autoral e Entretenimento. É membro do Conselho Nacional de Política Cultural(CNPC) e Conselheiro Titular no Conselho Municipal de Política Cultural da Cidade do Recife.

Gerente Técnico de Comunicação:

Wellington Sampaio – É Técnico em Eletrônica pela Escola Técnica Federal da Paraíba. Tem Curso de Extensão em TV Digital pela Universidade Federal de Pernambuco, com atuação destacada idealização de diversos projetos de montagem de estação de TV e Rádio nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Maranhão. Com vasta experiência em Montagem, Ativação e Manutenção de Transmissores estado sólido e valvulado, TV e FM da Linear Telavo, Lys e Harris, é também Membro da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão.

Além dos integrantes da direção, também compõem o Grupo de Trabalho de Reformulação da TV Pernambuco

Eduardo Tavares Homem - jornalista, fundador e coordenador da TV Viva. Natural do Rio de Janeiro, reside em Pernambuco desde 1977. Foi diretor da Associação Brasileira de ONGs e do Centro de Cultura Luiz Freire. É coautor do livro "Moçambique - Primeiras Machambas", de 1977.

Guido Bianchi - Publicitário com mais de 30 anos de atuação na área de planejamento e criação. Participou da elaboração de diversas campanhas premiadas nacionalmente e conta com experiência em comunicação política e institucional. Um dos fundadores e presidente em dois mandatos do Sindicato dos Publicitários de Pernambuco.

Inamara Mélo – Jornalista, com experiência em rádio, Tv e assessoria de imprensa. Natural da Bahia, foi coordenadora de Comunicação da Prefeitura de Vitória da Conquista e chefe de reportagem da TV Sudoeste, emissora afiliada à TV Globo. É militante do movimento pela democratização da comunicação e integra a União Brasileira de Mulheres.

Ivan Vasconcellos de Moraes Filho - Jornalista, integrante do Centro de Cultura Luiz Freire, Conselheiro do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Nos últimos anos, representando o CCLF e o MNDH, participou de diversas iniciativas na luta pelo direito humano à comunicação. É integrante do Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom).

Luiz Carlos Pinto da Costa Júnior - Jornalista com mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e atualmente doutorando na mesma instituição. Foi repórter e editor-

assistente de Informática e de Economia do Diário de Pernambuco.

Nilton Pereira de Melo - É formado em direção de cinema e TV pela Escuela Internacional de Cine y TV San Antonio de los Baños, Cuba. Diretor de documentários, programas educativos e videoclipes. Diretor dos programas de TV O Som da Nota, Som na Rural, Sopa de Auditório. Coordenador da TV Viva.

Ricardo Mello – é jornalista, mestre em comunicação pela UFPE, professor da Universidade Católica de Pernambuco, autor do livro "Comunicação de Interesse Público: abrindo caminho para uma nova política", diretor regional do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo/FNPJ, Vice-Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco/SinjoPE, consultor em comunicação.

Participaram, através de e-mail, com propostas, comentários ou questionamentos sobre a reformulação da TV Pernambuco

1. Alex Mono
2. Alexandre Guterres
3. Alexandre L'Omi L'Odò
4. Aline Mota
5. Amanda Nascimento
6. André Mantra
7. Anna Paula Andrade
8. Eddy Oliveira
9. Édson Bezerra
10. Elaine Santos
11. Elisabete Rodrigues
12. Élton de Castro
13. Ernesto Machado
14. Fernando Moraes
15. Geisa Agrício
16. Gilberto Sobral Magalhães
17. Guedes Montalvos
18. Gustavo Arruda Lins
19. Ilton Duarte
20. Inaldo Salustiano
21. Javier Martinez
22. Jorge Fieza
23. José Alberto "Betinho"
24. José da Silva
25. Laila Kudsi
26. Leo Antunes
27. M. Paulino
28. Manuella Bezerra de Melo
29. Maracatu Várzea do Capibaribe
30. Mari Gondim
31. Maria Christina Ponce de Leon
32. Maria de Fátima Marinho
33. Mariângela Celso Cavalcanti
34. Martin Palácios
35. Miguel Farias
36. Monterrubio Neto
37. Nice Lima
38. Oséas Borba Neto
39. Osinaldo Moraes
40. Petrônio Lucas
41. Ponto de Cultura Sertão
42. Roberto Azoubel
43. Roberto Lessa
44. Rogério Meneses Sobrinho
45. Sernaldo Martins
46. Sílvia Góes
47. Telma Maria de Andrade Ferreira
48. Teo Lima
49. Valeria Luna

A Confecom e a TV Pernambuco

A etapa pernambucana da I Conferência Nacional de Comunicação, além de aprovar propostas para a etapa final da Confecom, também encaminhou uma série de propostas de políticas e ações para a garantia do direito humano à comunicação no próprio estado. Algumas delas, que dizem respeito diretamente à radiodifusão pública, serviram também de referência para a construção das propostas para a TV Pernambuco:

7. Criar no sistema público de comunicação uma central de reprodução e distribuição da produção dos pontos de cultura, comunitários, livres, independentes, educativos e universitários;

13. Apoio à construção da rede pública de comunicação aberta que estimule a diversidade e pluralidade de idéias. Esta rede deve primar pelos preceitos constitucionais estimulando a produção educativa, independente e regional, dotada de autonomia de gestão e financiamento. Em Pernambuco, garantir a reestruturação da TV Pernambuco e Núcleo de Rádio e TV Universitária no sentido de integrá-la ao sistema público de comunicação.

17. Criação de TVs públicas municipais vinculadas à TV pública estatal.

19. Garantir recursos para a produção de programas locais e regionais, assim como a cobertura de eventos públicos e culturais através da TV Pública Estadual.

29. Criação de núcleos regionalizados de produções independentes de mídias, com conteúdos voltados para a divulgação das culturas regionais e que tenham prioridade na programação da TV pública regional.

33. Garantir que a TV Pernambuco, TV Universitária e TV Golfinho melhorem o sinal de transmissão e disponibilizem o sinal para todo o estado de Pernambuco, com conteúdo de produção local.

34. Que a TV Pernambuco transmita o campeonato pernambucano com sinal para todo o estado, com direito à legenda para surdos.

55. Garantir que a programação da TV pública tenha caráter plural através da criação de um Conselho Representativo que fomente a produção independente.

130. Apoiar e financiar projetos de caráter educativo, de autoria de alunos, professores e organizações não-governamentais que visem a democratização da comunicação no âmbito escolar, ampliando e consolidando as tecnologias em comunicação pública do Estado, a exemplo da TV Pernambuco, TVs e rádios educativas e comunitárias e portal de internet, e financiamento de TVs por linha modular por órgão público competente.